

FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA:

UM DEBATE

Wallace dos Santos de Moraes¹

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo debater a formação da sociedade brasileira com três autores – Manoel Bomfim, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior² –, que pouco compartilham. Isto é, a metodologia, as hipóteses, os recursos teóricos, a mobilização das fontes, o tempo em que escrevem e, sobretudo, teses e conclusões são diferentes. Os aspectos em comum, ainda assim com ressalvas, são a concordância com Capistrano de Abreu e a discordância com Varnhagen, além, é claro, da discussão sobre o Brasil. Nesse sentido, buscaremos propiciar um debate calcado na diferença que nos permita ampliar nossas possibilidades reflexivas, pensando e repensando a formação da sociedade brasileira com estes três clássicos do pensamento social.

A metodologia empregada para o desenvolvimento da questão será abordar as principais teses, hipóteses e metodologias dos autores, tendo como foco central o debate sobre a formação da sociedade brasileira, em especial o papel do indígena, do negro e do branco português nesta empreitada.³ Tudo isso, tendo como ponto nevrálgico a herança cultural das três raças e a construção da singularidade do povo brasileiro.

A dificuldade que temos em colocar para dialogar autores que não estão pensando um no outro, nos fez optar por fazer o debate acontecer, expondo o pensamento de cada um separadamente através da organização do trabalho em tipologias, ao invés de uma tradicional discussão bibliográfica em tópicos. Sendo assim, entendemos que a melhor forma para o desenvolvimento da questão é abordarmos nas tipologias a metodologia de cada autor, o que pensam sobre Portugal e os portugueses, ou seja, aqueles que detêm a direção da formação da sociedade brasileira, e o significado do indígena e dos negros. Cabe salientar, ainda, que

¹ Prof. Dr. Departamento de Ciência Política da UFRJ.

² Para tanto, perscrutaremos “América Latina – males de origem” e “Brasil na América – características da formação brasileira” de autoria do primeiro; “Raízes do Brasil”, do segundo; e “Formação do Brasil Contemporâneo”, do último.

³ Desta forma, não iremos tratar dos agregados, quilombolas, tapuias etc., mas apenas de uma forma geral do negro escravo, do indígena e do branco português no seu contato comum na construção da sociedade brasileira.

optaremos por não fazer uma conclusão convencional do pensamento de cada autor, deixando para fazê-la na parte a que se destina ao epílogo de toda a pesquisa; onde, por fim, traremos à tona as questões debatidas ao longo do *paper*.

Sabemos de antemão que Manoel Bomfim está pensando em Varnhagen, Capistrano e no pensamento europeu sobre o Brasil; que Caio Prado está com a cabeça em Alberto Torres, Gilberto Freire, Paulo Prado e em Marx como modelo de método de análise; já Sérgio Buarque mobiliza Capistrano, Alberto Torres, Escola de Chicago, tendo a teoria de Max Weber como opção metodológica. Destarte, esperamos fazer um debate rico, revelador e, principalmente, original, tal como e digno da sociedade brasileira.

Começemos com a tipologia de Manoel Bomfim.

MANOEL BOMFIM E OS MALES DE ORIGEM

As obras de Manoel Bomfim contêm crítica radical ao Estado, à Justiça, aos evolucionistas e ao português pós degeneração, bem como exaltação ao português pré degeneração, à miscigenação e ao nacionalismo. E, ainda, uma visão romântica do indígena e cética com relação ao negro. Ou seja, trata-se de um pensamento complexo, cuja engenharia deve ser apreciada.

Para entendermos melhor as teses e hipóteses de Manuel Bomfim na obra “O Brasil na América”, é mister fazer relação com outra obra sua⁴, “América Latina - os males de origem”.⁵ Nesta, que é o seu primeiro livro publicado na área de História e Sociologia, Bomfim utiliza-se dos conceitos de parasita e parasitário, noções da biologia, mas aqui aplicadas na leitura dos fatos. Parasitas, nesta perspectiva, são aqueles que “sugam” a mais-valia produzida por outros; com efeito, portugueses e espanhóis ao submeterem indígenas e africanos à servidão, se apropriando das riquezas produzidas pelos últimos, se encaixam perfeitamente no conceito. Esta é a chave da interpretação das classes sociais, também concebida entre os países, isto é, aplica-se à exploração que Portugal fazia do Brasil, por exemplo, considerado parasitado.

⁴ Ao longo de todo este trabalho abordaremos as duas obras concomitantemente.

⁵ Um livro escrito na Europa no vigor dos seus trinta e cinco anos. Uma obra jovem até demais para sua época, contendo reflexões inovadoras sobre a América Latina e particularmente sobre o Brasil, abordando o contato de três raças e a construção de um novo mundo. Amor e paixão formam os sentimentos incluídos no livro; ousadia é a sua principal marca. A tese principal do livro ousa chamar portugueses e espanhóis de parasitas. Ao contrário de Varnhagen, o autor toma posição ao lado dos explorados, ou melhor, parasitados.

Um aparente paradoxo da construção intelectual do pensamento do autor reside na utilização destes conceitos para melhor explicar os fatos sociais⁶, mas, *pari passu*, refuta a mesma utilização pelos chamados darwinistas sociais na linha de Spencer. Assim, as homologias entre sociologia, zoologia e biologia, além da idéia linear de progresso dos evolucionistas, que fariam as sociedades evoluírem do mais simples ao mais complexo, são amplamente refutadas pelo intelectual brasileiro.⁷ Deste modo, utiliza-se de exemplos das ciências naturais, porém apenas como recurso didático para melhor explicar os fatos sociais, desfazendo a contradição aparente.

A influência do parasitismo das metrópoles sobre o organismo das colônias alcança todas as manifestações da vida coletiva no seu quádruplo aspecto: econômico, político, social e moral. Sendo os efeitos econômicos primordiais, aos quais se ligam os outros como efeitos secundários.⁸

A metodologia empregada por Bomfim consiste, então, na análise do passado com tentativa de explicar os vícios atuais, percebendo até que ponto tais vícios derivam da herança, da educação e da economia. Isto posto, percebemos que a herança (cultural e social) e sobretudo a educação têm valor fundamental em suas teses, juntamente com o aspecto econômico.

Analisando a história de Portugal, Bomfim percebe que o país passa de grande potência, que desbravou os mares com grau de desenvolvimento muito adiantado para sua época, nos séculos XIV e XV, para apenas um país periférico europeu no século XX.

A pedra de toque de sua argumentação passa pela seguinte indagação, como uma potência da estirpe de Portugal se degenerou? Para explicar, o autor recorre às ciências naturais dentro da lógica do parasitismo, citando um animal marinho – o *Chondracanthus Gibbosus* – que nos períodos de vida embrionária e larvar possui organização muito mais

⁶ Manoel Bomfim ao utilizar conceitos da biologia, na primeira metade do século XX, para explicar os fatos sociais, não está *demodé*. Existem dois aspectos que atenuam tal subterfúgio: a ampla utilização dos conceitos da biologia no período em que escreve e a sua formação em medicina.

⁷ “Está um tanto desacreditado, em sociologia, esse vício de assimilar, em tudo e para tudo, as sociedades aos organismos biológicos. Muito se tem abusado deste processo de crítica, cujo vício, em verdade, não consiste em considerar as sociedades – digamos os grupos sociais – como organismos vivos, sujeitos, por conseguinte, a todas as leis que regem a vida e a evolução dos seres, mas em considerá-los como simples organismos biológicos. Em suma, não é o conceito que é condenável, e sim a estreiteza de vistas com que o aplicam à crítica dos fatos sociais, mais complexos, sem dúvida, que os fatos biológicos, pois dependem das leis biológicas, e ainda das leis sociais, peculiares a eles” (Bomfim, 1993: 51).

⁸ “Em si o parasitismo das metrópoles, como o parasitismo social em geral, é um fenômeno de ordem econômica, cujos efeitos se refletem sobre toda a vida social. Esta afirmação equivale a um truismo” (Bomfim, 1993: 127). Bomfim tenta estabelecer uma história total, dando à economia uma importância maior em sua supracitada primeira obra; enquanto que, na segunda, esta não desfruta de tal prestígio.

complexa e perfeita do que quando em fase adulta. De acordo com Bomfim, em estado adulto, o animal não apresenta órgãos locomotores livres, nem tegumento protetor, centros nervosos desenvolvidos, órgãos sensoriais, aparelho digestivo completo; no entanto, no estado larvar, existem todos estes órgãos e aparelhos; depois que o animal vai se desenvolvendo em volume, eles se atrofiam e desaparecem. Como explicar tal degeneração? Isto pode ser considerado uma anomalia, mas a sentença vem com o fato deste animal poder ser considerado um superior em idade infantil e um verme em idade adulta. A resposta é atribuída ao seu parasitismo entre uma fase e outra. Na medida em que Portugal – o primeiro Estado-nação, pioneiro na navegação dos mares, grandiosa potência – conquista as ricas terras americanas e enquanto metrópole suga a nova colônia, deixa de evoluir e, pior, involui. Tornou-se, na prática, um parasita, dependendo exclusivamente da exploração da colônia, perdendo suas qualidades.

Em suma, Portugal, antes de chegar às terras na América que fez suas, era um grande país com uma nação de heróis⁹, a melhor e mais poderosa da Europa.¹⁰ Sendo ainda um excelente colonizador, pois, além de seu desenvolvimento para a época, era um ótimo agricultor.¹¹ Entretanto, posteriormente no viver integral de parasita, ou seja, na exploração de sua colônia na América, ele se degrada e degenera profundamente.

O autor descreve o quanto era importante para os ibéricos a conquista de novas terras, sob dois aspectos: 1) as milhões de almas a ganhar para Deus; 2) as montanhas de ouro a trazer para casa. Segundo o escritor sergipano, a remessa de Deus era fácil: o bispo batizava e abençoava, as centenas de milhares num só gesto – estava o caso concluído. O importante era recolher a riqueza e digeri-la. Todo mundo correu à obra, todas as classes se incorporaram ao parasitismo, sendo este o meio mais comum e fácil de enriquecimento.

Depois de estabelecer o funcionamento do regime parasitário implementado pelas metrópoles, devemos fazer o seguinte questionamento: como este regime influenciou a vida

⁹ Manuel Bomfim descreve as qualidades da potência portuguesa com uma ressalva temporal, qual seja, de sua formação enquanto estado nacional, séc. XIV até o século XVII, início de seu declínio em função do parasitismo.

¹⁰ Neste sentido: “Novas finanças para a nação, cooperação do Estado em grandes empresas de comércio, intuição do novo espírito em economia, reabilitação e nobilitação da mercância, feitorias para a exploração proveitosa de regiões afastadas... tudo isto vem de Portugal projetado sobre os mares. (...) Finalmente, no século XVI, com o poder de fazer o comércio das Índias, Portugal realizou um privilégio – de domínio mercantil, nunca visto, nem antes, nem depois: em 1515, não se encontravam na Europa, especiarias senão a de importação portuguesa” (Bomfim, 1997: 56).

¹¹ Bomfim faz uma exaltação dos primeiros colonos, afirmando que estes tinham um sentimento de pátria em relação ao Brasil. Tudo isso aconteceu pela completa adaptação da nova sociedade à terra por meio da agricultura. Terras maravilhosas faziam um casamento perfeito com o colono, na concepção do autor.

das colônias? Para Bomfim, o resultado foi bastante negativo, pois o modelo parasitário sob o qual nasceram e viveram as colônias da América do Sul influenciou naturalmente sobre o seu viver posterior, quando já emancipadas. E este regime produz efeitos de três ordens: o enfraquecimento do parasitado; as violências que se exercem sobre ele, para que preste uns tantos serviços ao parasita – além do encargo capital de nutri-lo; finalmente, a adaptação do parasitado às condições de vida que lhe são impostas.

Destarte, a síntese da vida econômica das novas nacionalidades por todo o tempo de colônia consubstanciou-se em senhor extorquindo o trabalho do escravo; o negociante, o padre, o fisco e a chusma dos subparasitas, extorquindo do colono o que ele roubara do índio e do negro.¹² Trabalhar, produzir, só o escravo o fazia. Este ideal virou tradição. Logo, o regime de servidão não era ruim apenas para o negro, mas para a sociedade como um todo, pois funcionava como um freio ao avanço tecnológico. Em consonância com esta visão, o colono não tinha que apurar a inteligência, nem desenvolver atividade laborativa. Se os lucros não lhe pareciam bastantes, era só aumentar o número de escravos. Já ignorante, retrógrado por educação, como iria ele pensar em modificar os processos de produção, aperfeiçoar instrumentos de trabalho, dar tratos ao talento para achar lavouras mais remuneradas, quando tinha um meio seguro, infalível e simples – avolumar o número de servos?

Num rompante de crítica radical, no que concerne ao aspecto político-administrativo da metrópole sobre a colônia, segundo Bomfim, tanto o Estado quanto a Justiça serviriam apenas para favorecer aos parasitas na sua luta contra os parasitados. Desta forma, a função do Estado era cobrar, coagir e punir aqueles que se negassem a pagar ao governo centralizador, absolutista, monopolizador. E a Justiça servia somente para condenar os que se rebelam contra o Estado ou contra os parasitas criados e patrocinados por ele. Nestes termos:

“O Estado existe para fazer o mal, exclusivamente; e esta feição, com que desde o primeiro momento se apresenta ele às novas sociedades, tem uma influência decisiva e funestíssima na vida posterior destas nacionalidades: o Estado é o inimigo, o opressor e o espoliador; a ele não se liga nenhuma idéia de bem ou de útil; só inspira ódio e desconfiança... tal é a tradição; ainda hoje se notam estes sentimentos, porque, ainda hoje, ele não perdeu o seu caráter, duplamente maléfico – tirânico e espoliador.” (Bomfim, 1993: 143).

¹² “O Estado era parasita das colônias; a Igreja parasita direta das colônias, e parasita do Estado. Com a nobreza sucedia a mesma coisa: ou parasitava nas sinecuras e pensões. A burguesia parasitava nos monopólios, no tráfico dos negros, no comércio privilegiado. A plebe parasitava nos adros das igrejas ou nos pátios dos fidalgos” (Bomfim, 1993: 108/9).

É dentro deste contexto que Manoel Bomfim é considerado um radical por alguns de seus comentadores.

Com relação ao indígena e seu contato com o português, Bomfim tem uma visão generosa¹³, descrevendo-o como essencial na formação do Brasil, “só não teve a importância igual a do próprio português porque a este coube a direção. Mas, afora a isto, a ação dos naturais foi constante, eficaz, essencial” (Bomfim, 1997: 100).

Bomfim compara a colonização inglesa à castelhana e à portuguesa, chegando à conclusão de que o português tratava muito melhor o gentio do que os demais. Ou seja, para o autor, no Brasil não houve extermínio de indígenas. Estes foram vencidos, escravizados, poupados e absorvidos na população que então se formou. Segundo este pensamento, o encontro entre os portugueses e os indígenas foi não só importante, como um estava preparado para o outro. Isto é, no trato do português dominador, espoliador, parasita com o gentio, toda a radicalidade de Bomfim contra os dominadores cai e ele afirma que o contato foi brando, manso, quase fraterno, tendo como pano de fundo o exaltar das duas etnias.

No seu afã de celebrar o potencial da sociedade brasileira, Bomfim rechaça todo e qualquer preconceito com relação à miscigenação das raças e uma *pseudo* superioridade das raças puras. Para tanto, o autor utiliza-se de larga discussão dentro da medicina e afirma que leram Mendel errado.

O calcanhar de Aquiles de Manoel Bomfim reside na sua descrição da contribuição dos negros para a sociedade brasileira e de sua vida (sobrevivência) como escravos, produtores, únicos trabalhadores, como o próprio Bomfim admite em “A América Latina – males de origem”. O autor tem uma preferência muito maior pelo indígena. Sobre este, vários capítulos foram reservados para descrever seu modo de vida e a influência de sua cultura, costumes, linguagem na formação da sociedade brasileira. Até pesquisa lexográfica Bomfim utiliza para apontar a herança do vocabulário indígena para o Brasil. No entanto, com relação ao negro, o autor afirma que seu legado cultural é menor do que imaginamos. Desta forma, o intelectual peca ao não mencionar a enorme herança cultural negra, também nas palavras, na música, na dança, na religião, nos costumes etc..

¹³ De acordo com esta tese, o gentio tem várias qualidades: coragem, valentia, bondade fraternal, bravura constante sobre a pura vida do coração, jovialidade fácil, aptidão para toda produção, atividades na medida dos apetites e necessidades.

Bomfim, depois seguido por Gilberto Freire, afirma que os negros no Brasil não eram maltratados como nas Américas espanhola e inglesa. A explicação encontrada pelo autor está no fato do português ter tido o primeiro contato com os africanos na costa da África. Entretanto, Bomfim ignora que a questão de ser escravo, independente de quem seja o senhor, é sempre cruel, humilhante e implica geralmente na perda da identidade, do amor próprio, da dignidade, na morte precoce, dentre outras graves conseqüências, como várias pesquisas demonstram. O fato de ser vendido em praça pública já é uma humilhação que não necessita de maiores comprovações para concluirmos que esta pessoa sofre (e muito). Trata-se, portanto, de um axioma na nossa concepção: o negro não foi bem tratado.

O trabalho de Manoel Bomfim destaca os males do presente, a maioria fruto do passado colonial, mas acreditando na possibilidade de superá-los na construção de um Brasil nacional. Outrossim, afirma que não é a independência que liberta o Brasil do parasita Portugal, ao contrário, considera a independência uma afronta ao nacionalismo brasileiro, ao ideal sonhado de uma pátria democrática, pois:

“No primeiro movimento revolucionário para a independência, tudo se faz, ali, numa simples reação legitimista, em favor da dinastia deposta (...) a nós, foi preciso absolver a própria ignomínia deles, para fazer uma independência em falso, tirada da traição de uns, da transigência e pusilanimidade, ou estultice de outros. E veio a mentida independência, para ser o começo da verdadeira, que não é completa, talvez” (1997, 383).

O PIONEIRISMO DE SERGIO BUARQUE DE HOLANDA

A chave para entendermos a obra de Sérgio Buarque de Holanda está na compreensão de seu principal postulado, qual seja, cada povo tem uma característica própria. Desta forma, dentro do que nos interessa para o desenvolvimento da nossa questão central, a formação da sociedade brasileira é fruto da herança cultural dos portugueses e dos indígenas, segundo o autor.

A metodologia empregada por Sérgio Buarque busca uma espécie de psicologia coletiva do brasileiro, percebendo a influência de suas raízes, principalmente nos aspectos resultantes da miscigenação, da religião e do personalismo. A obra é histórica, pois é pioneira em fazer uma leitura da formação do Brasil, a partir da metodologia e teoria de Max Weber.

Ademais, Holanda examina a formação do Brasil, primeiro discutindo as características dos ibéricos, depois dos portugueses em particular e, por fim, dos brasileiros, resultado da junção daqueles com os indígenas. Entretanto, há uma lacuna na excelente obra do autor no que tange à discussão do papel positivo dos negros na formação do Brasil. Passemos inicialmente para a discussão sobre Portugal propriamente.

De acordo com a visão do autor, os ibéricos são diferentes dos demais europeus por sua peculiar cultura da personalidade desde tempos imemoriais, ou seja, atribui-se importância particular ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes. Esta idéia de cultura da personalidade valoriza o homem que não depende de outro. A explicação para isto está na construção histórica do povo português, bem acentuada na Idade Média.

Além da questão do personalismo, segundo a perspectiva de Buarque, o ibérico não é adepto da religião do trabalho, o que portugueses e espanhóis admiram como ideal é uma vida de grande senhor, excluindo qualquer esforço, qualquer preocupação.¹⁴ Para ratificar tal hipótese, Buarque recorre à lógica da “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, sem citar Weber nem a obra – mas, ao que parece, com eles na cabeça –, explicando o gosto pelo trabalho do protestante anglo-saxão, diferenciando-o do ibérico católico.

Considerando-se que o português tinha a direção de toda formação da cultura, da sociedade, da política e da economia, sabe-se também que o indígena era em número muito grande e houve a tentativa frustrada de escravizá-lo, bem como o português não era adepto da religião do trabalho. Por último, o negro africano fora retirado de suas terras como animal e transportado como tal, vendido em praças públicas e forçado ao trabalho escravo. Ou seja, toda a produção estaria a cargo deste último. Agora cabe a seguinte questão, como se dava a convivência das três etnias na obra de Buarque de Holanda com base nestes axiomas? O próprio pensador responde:

“Entre nós, o domínio europeu foi, em geral, brando e mole, menos obediente a regras e dispositivos do que à lei da natureza. A vida parece ter sido incomparavelmente, mais suave, mais acolhedora das dissonâncias sociais, raciais, e morais. (...) a isso cumpre acrescentar outra face bem típica de sua extraordinária plasticidade social: ausência completa, ou praticamente completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça.” (Holanda, 2001: 52/3).

¹⁴ Isto, como derivação da cultura da personalidade.

Como explicar, então, a escravidão do negro pelos portugueses, responsáveis, inclusive, pelo tráfico? A explicação que o autor encontra para a “bondade” do português frente aos indígenas e negros é que os portugueses eram um povo de mestiços.¹⁵ De acordo com Buarque, o português era bom com os negros e índios, assimilava suas linguagens, seitas religiosas etc.

Assim, uma das teses centrais de Buarque constitui-se em ilustrar a capacidade de adaptação do português no contato com novos povos. Isto posto, temos uma consequência, segundo esta visão, o português foi o melhor colonizador de todos os povos europeus, pois tem capacidade de adaptação, abrindo mão de suas próprias características, para, por fim, sagrar-se vitorioso em sua empreitada de dominar e colonizar conforme seu desejo:

“Acredito mesmo que, na capacidade para amoldar-se a todos os meios, em prejuízo, muitas vezes, de suas próprias características raciais e culturais, revelou o português melhores aptidões de colonizador do que os demais povos, porventura mais inflexivelmente aferrados às peculiaridades formadas no velho mundo. (...) [Desta forma,] os portugueses precisaram anular-se durante longo tempo para afinal vencerem (...) o resultado é que as relações entre patrão e empregado costumam ser mais amistosas aqui do que em outra qualquer parte” (Holanda, 2001: 132/33).

Outra conjectura de Buarque de Holanda, que o mesmo trata como um truísmo, edifica-se sobre a perspectiva de que os portugueses instauraram no Brasil uma civilização de raízes rurais, tendo toda a estrutura base de nossa sociedade colonial fora dos meios urbanos. Assim, no Brasil, o iberismo e agrarismo confundem-se. Ou seja, quando as cidades passam a ganhar espaços, a influência de Portugal também diminui.

Por último, diante da dicotomia entre os interesses públicos e os privados, Holanda percebe que estes estão acima daqueles, revelando, nitidamente, o predomínio do interesse emotivo sobre o racional. E, em função do personalismo característico da conquista da América pelos ibéricos, transformou-se em oligarquia, abolindo as resistências liberais e assegurando uma estabilidade política aparente, que não seria possível de outro modo.

Buscando explicar a opção de Portugal para o trabalho do negro africano em regime de escravidão, Buarque afirma que as terras férteis brasileiras faziam com que as propriedades rurais se tornassem aqui verdadeiras unidades de produção. Precisava-se

¹⁵ Devido ao fato do contato constante com os negros na costa da África e da invasão moura à península ibérica.

resolver o problema da mão de obra. O indígena frustrou os portugueses, então a solução foi recorrer ao negro africano, introduzido-o nas terras portuguesas na América. Contudo, Holanda não faz alusão à malevolência da instituição da escravidão, não só para o negro, como também para o país. Assim, as características do negro, segundo a obra citada, sintetizam-se em:

“Suavidade dengosa, o gosto do exótico, a sensualidade brejeira, do chichibeísmo, dos caprichos sentimentais (...). Sinuosa até na violência, negadora de virtudes sociais, contemporizadora e narcotizante de qualquer energia realmente produtiva, a ‘moral das senzalas’ veio a imperar na administração, na economia e nas crenças religiosas dos homens do tempo. A própria criação do mundo teria sido entendida por eles como uma espécie de abandono, um languescimento de Deus.” (Holanda, 2001: 61/2).

Destarte, lamentavelmente, o negro e a própria escravidão ficam restritas neste pensamento à característica da personalidade, envolvendo muita sexualidade desta etnia, e até a uma influência nos aspectos negativos do ponto de vista do trabalho para o país.

A HISTÓRIA TOTAL DE CAIO PRADO

A construção teórica de Caio Prado passa pela inextricável relação entre economia e o sentido da colonização da América Portuguesa. Em outras palavras, a conquista da América está ligada à divisão internacional do trabalho e à necessidade do capital em ampliar seus domínios. Logo, a economia é a mola mestra desta empreitada. Entretanto nem só de economia vive o trabalho de Prado, mesmo que ela esteja latente ou patente em todos os aspectos, as visões política, geográfica e social estão presentes em suas análises, e é principalmente a relação da primeira com esta última que procuraremos nos deter neste estudo.

Ao abordar os aspectos econômicos da conquista Européia na América, Caio Prado identifica três caracteres: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo.¹⁶ De maneira que a essência de nossa formação esteve baseada com um simples objetivo, a exportação de produtos (açúcar, tabaco, ouro, diamante, algodão, café e outros).

¹⁶ Caio Prado ressalva, ainda, a existência de outras atividades na colônia, são elas: a mineração a partir do século XVIII, que adotará uma organização, afora às distinções de natureza técnica, idêntica a da agricultura, com grandes unidades trabalhadas por escravos; e o extrativismo, próprio, quase que exclusivamente, do vale amazônico. Além destas atividades fundamentais, Caio Prado acrescenta outras, como a pecuária e certas produções agrícolas, entretanto, ele alerta tratar-se de atividades subsidiárias, destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras, são, portanto, de outra categoria e de segunda ordem.

Neste sentido, “é com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país sem atenção e consideração que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizam a sociedade e a economia brasileiras” (Caio Prado, 1953: 26). A direção estava nas mãos do branco europeu e o trabalho coube aos indígenas e negros, principalmente a estes últimos. Durante os três séculos iniciais, persistiu tal organização.

Em conformidade com as palavras acima, a colaboração dos negros e indígenas na formação da sociedade e da cultura brasileira foi marcada pela subordinação, pela submissão à cultura do dominador. Se não fosse por estes aspectos, os negros e indígenas poderiam contribuir muito mais para a cultura do país, quiçá do mundo, ressalta Caio Prado.

Após o descobrimento para os portugueses de novas terras no novo continente, a ideia pertinente era saber se seria lucrativo povoar; e, se afirmativo, como seria realizado. Perspectiva que surge apenas com vistas a favorecer os fins mercantis. Isto é, de acordo com as teses de Caio Prado, o Brasil nasce de um movimento do capital. Caio Prado explica:

“A ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem a seu comércio” (Caio Prado, 1953: 18).

O autor faz uma comparação, que perpassa grande parte da obra, entre a colonização da América portuguesa com a América inglesa no que concerne ao povoamento. Para a primeira, vieram traficantes e aventureiros ambiciosos¹⁷; para a segunda, perseguidos políticos e religiosos com objetivo de construir um lar desfeito ou ameaçado.

Enquanto nos EUA os indígenas foram totalmente excluídos da colonização; no Brasil os portugueses procuraram incorporar os nativos desde o início. Os colonos viam nele um trabalhador aproveitável; a metrópole, um povoador para a área imensa que tinha que ocupar. Com efeito, existiam duas propostas para incorporação do índio na sociedade: a dos jesuítas, liberdade para os índios, necessidade de educá-los e prepará-los para a vida civilizada, não fazendo deles simples instrumentos de trabalho nas mãos ávidas e brutais dos colonos, o que já resultara no extermínio de boa parte da população local; outra dos colonos, defendia a imposição do emprego da língua portuguesa e permissão para utilização do indígena como

¹⁷ O tipo de colono que vem para o Brasil não é o trabalhador, camponês, o simples povoador, mas o explorador, o empresário de um grande negócio.

mão de obra assalariada. Todos esses pontos foram colocados em prática na Era Pombal, numa espécie de síntese da disputa entre jesuítas e colonos sobre os destinos do gentio. Todavia algumas propostas dos jesuítas não foram atendidas, como separar os indígenas da comunhão colonial, mas, ao contrário, foi fomentado o intercâmbio entre as duas etnias, incentivando os casamentos mistos.

Caio Prado vê as medidas pombalinas como de fundamental importância para a absorção do índio na colonização e, conseqüentemente, na formação da nação brasileira. Sem as medidas de imposição da língua portuguesa e do cruzamento das duas raças certamente não teríamos uma única nação.¹⁸

O intelectual estabelece algumas hipóteses para a mestiçagem no Brasil. A principal delas constitui-se na defesa de que o português tem uma excelente capacidade para estabelecer relações sexuais com outras raças. A explicação que ele encontra é o fato de os lusitanos terem sofrido a invasão árabe e estar posicionado geograficamente na Europa, perto da África, de modo que, quando veio a expansão colonial no século XV, os portugueses já tinham o *know how* de impulsionar a mestiçagem. Outras hipóteses subjacentes estão no episódio de a vinda dos portugueses para a América ter sido basicamente feita por homens. Colaborava para as questões acima, ainda, a posição social subalterna de negros e indígenas, cujas mulheres submissas em relação à raça “superior”, fazia com que o português buscasse aí a satisfação de suas necessidades sexuais. Há que se dizer que a miscigenação com o índio sempre foi incentivada, mas com o negro sempre discriminada.

Caio Prado assimila e justifica a indolência do indígena. Era normal na visão do autor e compreensível que aquele num meio estranho, fundamentalmente diverso do seu, onde é forçado a fazer uma atividade metódica, sedentária e organizada segundo padrões que não compreende, na qual até os estímulos nada dizem a seus instintos, não quisesse trabalhar.

Com referência à situação do negro no processo de conquista, é mister abordarmos de início a instituição da escravidão como tal, tendo em vista que o negro não entra na sociedade pelo caminho da liberdade.

Para Caio Prado, a questão da escravidão no Brasil acompanhou o Direito Romano, isto é, o escravo era uma ‘coisa’ do seu proprietário que dela dispunha como melhor lhe aprouvesse. *Pari passu*, afirma, “nada que nos autoriza a considerar os senhores brasileiros

¹⁸ Com a abolição da legislação pombalina em 1798, volta a ocorrer escravidão de indígenas, principalmente no Pará, onde estes forneciam a maior parte do trabalho, sendo os negros poucos.

de escravos, humanos e complacentes; e pelo contrário, o que sabemos deles nos leva a conclusões bem diversas” (Caio Prado, 1953: 275). Não obstante, o autor conclui que o escravo no Brasil, em função do regime patriarcal da colonização portuguesa, parece ter sido mais bem tratado que em algumas outras colônias inglesas e francesas na América.

Ao discutir a escravidão, Caio Prado faz uma relação com tempos pretéritos, nas palavras do autor: “a escravidão na Grécia ou em Roma seria como o salariado em nossos dias: embora discutida e seriamente contestada na sua legitimidade por alguns, aparece, contudo aos olhos do conjunto como qualquer coisa de fatal, necessário e insubstituível” (Caio Prado, 1953: 268). E, numa resposta à sua própria pergunta sobre como se deu a escravidão na América, o autor afirma:

“Ao recrutamento de povos bárbaros e semibárbaros, arrancados do seu habitat natural e incluídos, sem transição, numa civilização inteiramente estranha. E aí, que os esperava? A escravidão no seu pior caráter, o homem reduzido a mais simples expressão, pouco se não nada mais que o irracional. (...) Nada mais se queria dele, e nada mais se pediu o obteve que a sua força bruta, material. Esforço muscular primário, sob a direção e açoite do feitor. Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula. Num e noutro caso, o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A ‘animalidade’ do homem, não a sua humanidade” (Caio Prado, 1953: 270).

Na formação da sociedade brasileira, o negro é inserido da pior forma possível, como escravo. A escravidão em declínio desde fins do Império Romano e já quase extinta no século XVI volta a existir. Por quê? Na visão de Caio Prado, Portugal não contava com mão de obra suficiente para abastecer sua colônia e, como já vimos, o português não vem para a América a fim de trabalhar como assalariado do campo, como nenhum outro colono europeu. Ao passo que no Brasil os indígenas não desempenhavam muito bem o papel de trabalhar para enriquecer outros, a melhor solução foi fazer de escravo o negro africano.

Evidenciando o contraste com Bomfim e Sérgio Buarque, Caio Prado entende que o negro traz uma considerável contribuição à sociedade brasileira e certamente muito superior a do índio.

Ao contrário do que acontece com o indígena, o negro entra no processo de conquista levado a cabo pelo português como servo e ninguém contestou tal condição. “As ordens religiosas, solícitas em defender o índio, foram as primeiras a aceitar, a promover mesmo a

escravidão africana, a fim de que os colonos necessitados de escravos lhes deixassem livres os movimentos no setor indígena” (Caio Prado, 1953: 274).

Caio Prado defende que o grande domínio de simples unidades produtoras torna-se desde logo uma célula orgânica da sociedade colonial. O senhor deixou de ser o simples proprietário que explora comercialmente suas terras e seu pessoal, passando a ter relações que envolvem toda sorte de sentimentos afetivos. Disto, teremos dois resultados, nos avisa o autor, por um lado as novas relações, mais amenas, mais humanas, abrandam e atenuam o poder absoluto do senhor e seu rigor da autoridade; por outro, elas reforçam o mesmo poder, pois tornam-no mais consentido e aceito para todos. Daí surgem o padrinho, o afilhado, os compadres e agregados.

Uma das conseqüências da junção das três etnias é a ausência de nexos morais. “Raças e indivíduos mal se unem, não se fundem num todo coeso: justapõe-se uns aos outros; constituem unidades e grupos incoerentes que apenas coexistem e se tocam” (Caio Prado, 1953: 340).

Das três combinações de sangue possíveis – branco-negro; branco-índio e negro-índio – segundo Caio Prado, é a primeira que prepondera e a última a de menor incidência. Tudo se explica pela direção da conquista estar nas mãos do branco. Logo, se existe o maior número de negros, era mais fácil para o branco, geralmente homem, acasalar com a negra do que com a índia, em menor número. Já com relação aos negros e índios, o contato era restrito, pois os negros em sua ampla maioria não tinham liberdade, ficando nos cativeiros tendo contato apenas com seus senhores.

Ademais, outras questões foram importantes para a formação da sociedade brasileira, através de uma amálgama de três etnias tão distintas: a licença de costumes e o instinto sexual aguçado do português. Afirma-nos Caio Prado, a mestiçagem, que é o signo sob o qual se forma a nação brasileira, e que constitui o traço característico mais profundo e notável, foi a verdadeira solução encontrada pela colonização portuguesa para o problema indígena e sedimentou laços estruturais na formação do país.

CONCLUSÃO

Percebemos ao longo desta análise que a formação da sociedade brasileira é bastante relevante e, de certa maneira, observada de forma múltipla no pensamento brasileiro.

Em princípio, as obras de Bomfim, Buarque e Prado parecem tratar do mesmo tema com abordagem semelhante, a saber, a sociedade brasileira se funda a partir da miscigenação

entre o branco português, o indígena e o negro. Os três discutem sobre as características de Portugal e do português impulsionador da formação da sociedade, o legado cultural trazido por este e seu papel na formação do Brasil. Entretanto, apesar destas semelhanças, os autores diferem em hipóteses, metodologias e conclusões.

Bomfim discute o tema tendo como foco central a dicotomia entre parasita/parasitado e a construção de uma nacionalidade brasileira. Para ele, a solução para resolver os problemas nacionais deve passar pela educação do povo. Buarque, por sua vez, trata das raízes do Brasil, isto é, a herança da sociedade brasileira que advém da cultura portuguesa, tendo como pano de fundo a valorização da personalidade, o agrarismo e a dicotomia do público e privado. Já Caio Prado, privilegia a economia em suas análises, chegando à conclusão de que a construção do Brasil estava atrelada à divisão internacional do trabalho; os acontecimentos tinham interesses mercantis.

Com relação à miscigenação, Bomfim enfoca o papel do gentio, sem esquecer que a direção pertencia ao português, tendo uma visão bastante romantizada sobre o primeiro, com exaltação ampla de suas qualidades e influências para a formação do Brasil. Ao pensarmos sobre as qualidades do português, através deste pensamento, percebemos que existe uma linha divisória, isto é, o português, valente, corajoso, inteligente antes de se tornar um parasita e o português preguiçoso, que não impulsiona o avanço tecnológico, vivendo como um parasita, sugando a sua presa (colônia).

Enquanto Bomfim exalta o papel do indígena na formação da cultura brasileira, Buarque minimiza, os dois só concordam em afirmar a direção do colonizador na formação da cultura e em ignorar a contribuição do negro. Assim, na visão de Buarque o português foi o responsável pela nossa formação cultural e, para Bomfim, sobressai também o papel do indígena. Neste sentido, a grande lacuna demonstrada por estes autores é a desconsideração do papel e importância do negro na construção da cultura brasileira. Diferente dos dois, Caio Prado entende que a colaboração do negro fora maior que a do indígena e que o português tinha a direção, sim, mas não era o único responsável pela construção dos costumes da sociedade, inclusive que a dominação portuguesa melindrou a colaboração de indígenas e negros.

Com efeito, Bomfim e Buarque vêm com um certo ceticismo o papel do negro na formação da sociedade, enquanto que Caio Prado, dentro de seu contexto de modo de produção, vê a construção do país nas mãos do negro, único a trabalhar na colônia.

Terminando, Bomfim aponta o gosto pelo trabalho dos ibéricos, evidenciado no incessante avanço tecnológico em busca de riquezas e cessado apenas quando encontram um parasitado e se degeneram, perdendo gosto e a possibilidade de trabalho. Buarque, em contrapartida, destaca que a moral do trabalho sempre representou fruto exótico; sendo as idéias de solidariedade, em função disto, precárias. Portanto para este autor, os ibéricos tinham dificuldade em se organizar para atuar coletivamente.

Não obstante, a população colonial é apática: o branco não trabalha, pois isto não é normal para um homem livre; o gentio não trabalha, pelo menos não faz a bel prazer, pois não compartilha dos valores da cultura imposta pelo branco; os negros trabalham por todos, senão são açoitados, assassinados. Deste modo, podemos dizer que o trabalho não é visto com bons olhos por ninguém.

A partir desta discussão, percebemos quão mundos diferentes foram pintados pelos nossos teóricos sobre a formação da sociedade brasileira. Conquanto, para não sermos tautológicos, paremos por aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bomfim, Manoel. *A América Latina – Males de Origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- _____ . *O Brasil na América – Caracterização da Formação Brasileira*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. (2001). São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 4ª ed.. São Paulo: Brasiliense, 1953.